

XIII SALÃO DE
ENSINO

UFRGS

PROGRAD RELINTER
PROPG CAF
SEAD SAI

CONHECIMENTO FORMACÃO INOVAÇÃO
Salão UFRGS 2017

múltipla
UNIVERSIDADE
inovadora inspiradora

Evento	Salão UFRGS 2017: XIII SALÃO DE ENSINO DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Entre ponte se muros: os caminhos para a qualificação do Trabalho em EREER
Autor	PATRICIA DA SILVA PEREIRA
Orientador	LENI VIEIRA DORNELLES

RESUMO: Este trabalho apresenta as reflexões iniciais sobre a prática de Afrobetização junto à professores e estudantes de vários cursos de licenciaturas onde participo como palestrante, oficinaira e formadora, dentro da perspectiva de uma Educação Antirracista. Afrobetizar é a atividade de alfabetizar professores, profissionais e em formação (licenciaturas), dentro de uma perspectiva afrocentrada, a partir do que é preconizado no **Parecer CP/CNE nº 03/2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, entre outras legislações pertinentes. A formação inicial dos professores, na maioria dos cursos de licenciaturas não tem contemplado, nem em disciplinas obrigatórias, e algumas eletivas, a abordagem de tal perspectiva histórica e pedagógica, *“com vistas a reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afrobrasileiros, (...) medidas estas coerentes com um projeto de escola, de educação, de formação de cidadãos que explicitamente se esboçam nas relações pedagógicas cotidianas”*. Da mesma forma, as Redes Públicas de Ensino tem protelado a construção de um Plano Estadual e Municipais de Educação das Relações Étnico-Raciais/(ERER), em especial aqui no RS. Há uma dificuldade na compreensão de que a mudança na abordagem dos conteúdos, e reeducação necessárias “das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais” são centrais na construção de um ensino de qualidade, que possa ser a base para a constituição de “cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-raciais positivas, rumo à construção de nação democrática.” Se não há, ainda, uma prática de formação institucionalizada nacional na formação dos professores, e das Redes Públicas de Ensino, em ERER, é necessário então, uma mobilização destes mesmos professores, motivados e interessados nesta prática pedagógica, para atender, pelo menos, a formação continuada nos espaços escolares e cursos de formação, cujo grupo esteja mais sensível às temáticas. A base destas práticas de (auto-)formação em ERER, atentam para os conceitos de Educação Antirracista, apresentados na Dissertação de PEREIRA (2015, p. 129), tais como: 1) Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira; 2) Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar; 3) Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas; 4) Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar; utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as os/as aluno/as; 5) Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira; 6) Busca materiais que contribuem para a eliminação do “eurocentrismo” dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de “assuntos negros”; 7) Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial; 8) Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados (CAVALLEIRO, 2001, p. 158). Analisando, qualitativa e quantitativamente, os últimos quase 10 anos de participação em Formações nas Escolas de atuação como Professora de Anos Iniciais e Supervisão Pedagógica, em Escolas Estaduais e Municipais (e algumas particulares) as quais faço as formações, bem como em Instituições de Ensino Superior, tem ampliado o interesse por opções pedagógicas de valorização da História e Cultura Africana e Afrobrasileira. Infiro a partir desse trabalho que nenhuma das instituições, quando perguntadas, completou a implementação de Planos Pedagógicos com ERER, tal tema não é apontado em seus Regimentos, disciplinas obrigatórias, ou planos e ações que comprometam as Instituições como um corpo docente único. São ações individuais e coletivas, ao mesmo tempo! Individuais porque demandam das necessidades e potencialidades de professores que, já mobilizados, insistem em ampliar sua formação e qualificar suas práticas pedagógicas. Dentro de seus espaços escolares e/ou IES, referenciam a necessidade de cumprir as legislações pertinentes à ERER, abrem espaço para pesquisa, formações e ações de/com outros colegas e alunos, quando ocupam espaços Diretivos/Pedagógicos, possibilitando que outros Educadores/Pesquisadores contribuam com *“processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.”* Mas as ações também são coletivas, pois demandam do interesse dos grupos de professores de cada instituição, que mobilizam outros colegas a participarem dessas formações. Dessas ações acabam surgindo grupos de Pesquisa-Formação das Redes de Ensino (como o Canjerê/RME), e a participação destes grupos em eventos com tais temáticas. Ainda sem concluir, observo que desses encontros e relações, estão se constituído grupos que tencionam pela ampliação das ações, para construção dos Planos e retificação dos Regimentos, PPP’s e Planos de Ensino, nas Escolas Básicas e IES, demandando a *“exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais”*, conforme a Resolução nº 01/2004 do CP/CNE, em seu art. 8º.